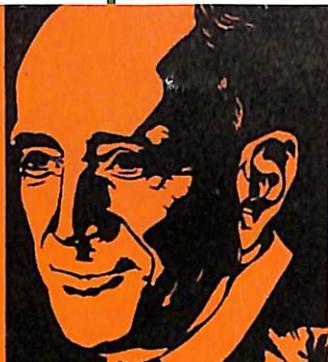


Associação Conquistas da Revolução

Nº 23 | MARÇO 2019

Folha Informativa

www.conquistasdarevolucao.blogspot.com



VASCO É DO POVO!

- 04 | *O Brexit no labirinto de uma casa sem saída.*
- 06 | *O alargamento do Passe Social.*
- 08 | *A descentralização de competências: o caso da habitação.*
- 10 | *A legislação e a corrupção.*
- 12 | *Programa das Comemorações do 45º aniversário do 25 d Abril. Moção sobre Venezuela.*

PRÓXIMAS INICIATIVAS:

- **FINAL DO MÊS DE MARÇO**
LISBOA - Casa do Alentejo
Assembleia Geral da ACR.
- **12 ABRIL 2019 - 16h - SEDE ACR**
Visita do presidente da Câmara
de Lisboa à sede da nossa associação.

EDITORIAL

CONVOCATÓRIA DE ABRIL

Nas lutas e conquistas realizadas pelos trabalhadores e as populações, desde 2015, tornou-se claro que uma alternativa aos governos sujeitos ao domínio da Europa dos monopólios e do imperialismo é possível e imprescindível para o futuro do nosso país e do povo.

Uma alternativa que determine a alteração democrática e justa das leis laborais; o aumento dos salários e reformas; o desenvolvimento económico a partir das pequenas e médias empresas, que produzem muito para o mercado interno, nas respostas adequadas ao poder de compra popular que se torna urgente reforçar e impor como factor decisivo para a nossa economia e independência; uma política fiscal em que a parte importante dos impostos seja paga pelas empresas e grupos transnacionais com lucros superiores a 30 milhões de euros, numa progressividade adequada a reter

em Portugal boa parte das centenas de milhões de euros que hoje fogem para o estrangeiro sem deixarem nada em impostos - são algumas das medidas a tomar por um novo governo que nada tenha a ver com a cumplicidade existente entre PS, PSD e CDS nas frentes negativas e ruinosas, para acabar com a política velha que afundou o país na paralisia e destruição de sectores fundamentais de criação de riqueza e no negócio escandaloso da dívida externa.

Afirmar a Constituição da República Portuguesa e a nossa soberania; cumprir os valores fundamentais da Revolução de 25 de Abril de 1974; barrar a extrema-direita que se revela cada vez mais clara mesmo naquelas forças políticas que ainda falam em democracia e tudo fazem para a destruir quando puderem, no saudosismo odioso e salazarento; defender o progresso social, económico e cultural e a igualdade trans-

formadora; libertar o país da submissão ao euro e à traficância da dívida externa, encaminhado os recursos para o investimento nos sectores fundamentais de criação de riqueza e bem-estar desde logo para os trabalhadores e os mais desfavorecidos - eis o que se impõe aos democratas e revolucionários, aos que lutaram e lutam nas situações mais difíceis e nos dias que aí vêm e terão de ser de mudança decisiva. Mudança para a alternativa verdadeira e mobilizadora que temos de construir como o caminho para um novo rumo, de democracia e legítimo orgulho de assumirmos a nossa terra e os destinos que queremos e merecemos.

Estamos todos convocados para afirmarmos Abril e abrir novos caminhos de liberdade e luta.

Modesto Navarro
Vice-Presidente da Direcção da ACR



Associação Conquistas da Revolução

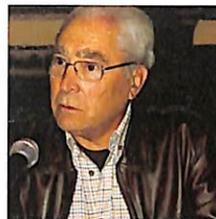
O vosso contributo financeiro é indispensável para a actividade da Associação!

PAGUE A SUA QUOTA!

TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA
NIB 0035 2178 0002 9245 6304 6

ou **DEPÓSITO**
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
2178029245630

José Baptista Alves
Presidente da Direcção da ACR



Caros Associados e amigos

Estamos a comemorar o 45º Aniversário da Revolução de Abril, aquela que foi a mais profunda e genuína mudança da sociedade portuguesa de todos os tempos. À derrota do regime fascista - que o MFA conduziu com inquestionável bravura, saber e humanidade, sem derramamento de sangue - seguiu-se um processo de Democratização sem precedentes, uma exemplar Descolonização e o lançamento das bases para uma nova política económica e social, visando a melhoria e condições de vida das classes trabalhadoras, o Desenvolvimento. Foram os 3Ds do MFA, foi a isto que a população portuguesa aderiu de forma esmagadora, aderiu e emprestou uma pujante capacidade criadora, que em pouco mais de 500 dias transformou radicalmente o nosso viver colectivo, rumando claramente à construção de uma sociedade socialista, mais livre, mais justa e mais fraterna. A CRP, apesar das 7 revisões constitucionais que a truncaram, ainda

mantém no seu Preâmbulo este objectivo. 45 anos passados, de tenaz resistência às investidas contra-revolucionárias, mostraram claramente a justeza das opções então tomadas e puseram a nu toda a trama orquestrada para destruir algumas das mais belas Conquistas da Revolução. Hoje, a maior ameaça à nossa soberania e independência nacional é inquestionavelmente a nossa debilidade produtiva, nos campos, na pesca e na indústria em geral - em consequência da destruição de que foram alvo em subordinação a interesses outros que não os nossos e da criminosa entrega ao capital estrangeiro de sectores estratégicos da nossa economia.

Provado está que outro caminho existe e que é possível reverter a situação de afogo em que vivemos e fazer vingar soluções consentâneas com os valores de Abril. É possível e é um imperativo constitucional: "assim o povo o compreenda".

www.conquistasdarevolucao.blogspot.com

Sugere-se a visita ao blogue e site da ACR onde são publicados todos os comunicados e noticiadas as iniciativas da Associação.

www.conquistasdarevolucao.pt

O Brexit no labirinto de uma casa sem saída

Mais de dois anos depois de os britânicos terem decidido, em referendo realizado a 23 de Junho de 2016, a saída do Reino Unido da União Europeia, a saga do que se popularizou como Brexit continua de vento em popa e o frenesim aumenta à medida que se aproxima a data estabelecida para o efeito, 29 de Março.

Aos relatos das peripécias sobre as alegadas «vitórias» e «derrotas» da senhora May no parlamento britânico; aos telefonemas, contactos e reuniões da primeira-ministra com os negociadores de Bruxelas; às opiniões colhidas nas ruas de Londres; às análises sobre se o Brexit será «duro» ou «suave», sem acordo ou com acordo; à possibilidade de haver ou não um novo referendo, só falta mesmo juntar um relógio em contagem decrescente – como o que Portas mandou instalar no largo do Caldas em 2013, para dizer adeus à troika, e que por acaso até estava atrasado – para o circo ficar completo. Se dúvidas houvesse de que a tão incensada «casa comum europeia» foi concebida como um fortaleza sem porta de saída, o processo do Brexit aí está para as desfazer. Primeiro foram as ingerências na campa-



nha do referendo, as ameaças mais ou menos veladas a tentar condicionar a vontade dos eleitores. Depois, foi a tentativa de reduzir os resultados da consulta popular às manobras da extrema-direita britânica, como se a participação do Reino Unido na UE fosse sinónimo de sucesso. E finalmente, nos últimos dois anos, este degradante espectáculo de humilhação, para não lhe chamar vingança, orquestrado pela UE, a que se vem assistindo, com o objectivo de deixar claro que não são



permitidas dissidências e muito menos que se ponha em causa as políticas europeias. Convém lembrar, a propósito, que passado quase meio século da adesão britânica à Comunidade Económica Europeia (CEE), em Janeiro de 1973, as políticas seguidas por Bruxelas e impostas pelos sucessivos governos do Reino Unido, com particular destaque para os de Margaret Thatcher e Tony Blair, se traduziram na degradação dos serviços públicos e privatização de sectores como a electricidade, gás, transportes, correios; na liquidação de importantes indústrias, como a do aço; no agravamento das desigualdades sociais e das condições de vida de milhões de cidadãos; em ataques sem precedentes ao movimento sindical; no aumento da exploração; na generalização da precariedade... Lembremos que, de acordo com o Relatório de 2018 do enviado da ONU, Philip Alston, um quinto da população do Reino Unido, 14 milhões de pessoas, vive hoje na pobreza. Destes, quatro milhões vivem mesmo abaixo de metade da linha da pobreza. Antes da adesão à CEE, o número de pobres tinha diminuído dos 4,7 milhões registados em 1961 para apenas 2,8 milhões em 1971. Já a precariedade, então inexistente, afecta agora milhões de trabalhadores, assumindo aspectos tão degradantes como os famigerados «con-

tratos zero-hora», autêntica praça de jorna dos tempos modernos onde as empresas vão buscar os trabalhadores quando e como querem, descartando-os quando termina a «necessidade», sem qualquer indemnização.

O crescimento das desigualdades fala por si: nos anos 70, os 20% mais ricos tinham menos de quatro vezes mais do que os 20% mais pobres; hoje têm mais de cinco vezes mais.

Face a esta realidade, é assim tão estranho que a maioria dos britânicos mais desfavorecidos tenha votado pela saída da UE?

Nada disto interessa aos serventuários do grande capital instalados em Bruxelas, que tudo estão a fazer – até a agitar o papão do fim da «livre circulação de pessoas», escamoteando que o Reino Unido e a Irlanda não subscreveram o Acordo de Schengen, justamente o que permite circular na UE sem controlo nas fronteiras – para que no Reino Unido se mande a democracia, burguesa que seja, às urtigas e se repita o referendo até que dê o resultado «certo». Cabe aos britânicos descobrir a saída do labirinto.

Anabela Fino
Jornalista

O Alargamento do Passe Social é um avanço importante, mas continua a faltar a decidida ruptura com a política de direita

Em Abril concretizar-se-á o alargamento do Passe Social Intermodal a todos os operadores, todas as carreiras e toda a Área Metropolitana de Lisboa, com uma significativa redução tarifária.

É uma importante vitória da luta dos utentes, e daqueles que sempre lutaram pela desmercantilização dos transportes públicos. Um avanço que não pode ser desligado da actual situação política e da prioridade que o PCP tem dado, na Área Metropolitana de Lisboa, a esta reivindicação, com sucessivas campanhas políticas de massas, que decorreram nos últimos 3 anos, e que levaram a que todos os Municípios se pronunciassem pela necessidade de alargamento do passe, criando as condições para a tomada de decisão no Conselho Metropolitano (reunindo 18 Presidentes de Câmara da Região) e conquistando no Orçamento de Estado 2019 o necessário financiamento através do PART (Programa de Apoio à Redução Tarifária).

É um avanço mas não é «A Revolução nos Transportes Públicos» que alguns papagueiam. E importa perceber porquê.

É um avanço para os utentes, oferecendo mais mobilidade a custos mais reduzidos,

sendo estes dois conceitos diferentes e diferentemente importantes: (1) a redução de custo beneficia os actuais utentes, aumentando-lhes o rendimento disponível, e tende a atrair novos utentes, o que ajuda a equilibrar o sistema e promove a utilização de transportes colectivos em lugar do transporte individual, com o que ganhamos todos; (2) o alargamento da mobilidade dá resposta a necessidades sociais que transcendem o utilitário casa-trabalho ou casa-escola, e assume a vontade de responder colectivamente à satisfação de todas as necessidades de mobilidade dos utentes, do acesso a serviços públicos ao lazer.

Uma política revolucionária nos Transportes Públicos na Área Metropolitana de Lisboa teria que assentar em três vertentes: (1) Alargamento do Passe (reforço da intermodalidade, alargamento geográfico, simplificação do sistema, redução de custos para o utente); (2) Aumento da oferta e da sua fiabilidade; (3) Libertação do sistema da parasitagem privada. Estas três vertentes são inseparáveis, ou qualquer avanço pode ser conjuntural ou até ser pervertido. Já algumas vezes se ouvem alertando para o óbvio: se a actual oferta não satisfaz as



necessidades actuais, que vai acontecer quando chegarem ao sistema milhares de novos utentes? Outras alertam para que o investimento que o Estado agora disponibiliza pode acabar sequestrado pelo grupos capitalistas privados, como aliás desejou o Ministro do Ambiente, «prevendo» mais privatizações animadas pelos fundos públicos disponibilizados.

É pois necessário continuar a lutar para que o alargamento do Passe Social Intermodal seja acompanhado de uma ruptura com a política de direita, de medidas que o Governo do PS não tem querido implementar, enredado nos compromissos com a reconstrução do capitalismo monopolista.

É que é fundamental: contratar os trabalhadores operacionais em falta, para repor

a resposta da manutenção e reparação de comboios, para voltar a ter trabalhadores em todas as estações da rede, e para aumentar a frequência de circulação; apostar num investimento que alargue e operacionalize a rede, nomeadamente dando prioridade à modernização da Linha de Cascais e da Linha do Oeste, ao alargamento do Metro para Alcântara e Loures e à compra de comboios, e abandonando projectos faraónicos que esgotam os recursos públicos ao serviço da especulação, como é o caso da Linha «Circular» e do Corredor Bus na A5; e acabar com a PPP da Fertagus e integrar o serviço na CP.

Por isso, saudando o avanço que é este alargamento do passe com redução tarifária, é importante que se compreenda a necessidade de avançar mais, até para defender esta conquista.

Manuel Gouveia
Associado da ACR

Descentralização de competências: a armadilha. O caso da Habitação.

Os municípios são, de acordo com a Constituição da República Portuguesa, órgãos da Administração Pública autónoma. Neste espírito da lei, considerou-se que a administração pública está organizada segundo cinco princípios constitucionais fundamentais, a saber: 1. Princípio da desburocratização; 2. Princípio da aproximação dos serviços às populações; 3. Princípio da participação dos interessados na gestão efectiva dos serviços públicos; 4. Princípio da descentralização administrativa; 5. Princípio da desconcentração.

Contudo, apesar do ordenamento jurídico inicial ser claro, por motivações políticas locais ou nacionais, ou as duas ao mesmo tempo, surgem, no caso português, diversos bloqueios à autonomia local como a insuficiência de receitas, o centralismo e burocracia, a legislação insuficiente e a insuficiência de recursos técnicos e de gestão.

O actual Governo decidiu realizar o que designou por "transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais". O que seria uma proposta a considerar está a revelar-se um enorme

problema porque sob a capa da descentralização esconde-se a verdadeira matriz que é a desconcentração de competências, transformando os órgãos do Poder Local em meras Secretarias de Estado. A autonomia e descentralização implica autonomia financeira, e esta significa uma autêntica independência da administração central. Assim, vamos analisar um caso concreto: a descentralização das competências da habitação.

O direito à habitação encontra-se consignado na CRP, estabelecendo-se que é incumbência do Estado "programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social". Menciona-se ainda no número 3 do mesmo artigo que compete ao Estado adoptar políticas vocacionadas para instituir sistemas de rendas compatíveis com os rendimentos familiares.

A procura de habitação municipal acentuou-se nos últimos 8 anos, tanto em Sintra como noutros municípios da área metropolitana de Lisboa, em virtude do ciclo



especulativo que se vive na capital, que fez com que o arrendamento atingisse preços especulativos e inoportáveis para a maioria dos portugueses. Esta situação foi agravada com as alterações à concessão do crédito à aquisição de habitação própria. O caso de Sintra é bem exemplificativo. Senão, vejamos. O parque habitacional Municipal é constituído actualmente por 1620 fogos, em 361 edifícios, distribuídos por 12 bairros e 28 núcleos de realojamento.

No que concerne aos indivíduos e famílias a viver em habitação municipal da Câmara de Sintra, actualmente, por Bairro, existem 1460 agregados familiares, num total de 4271 pessoas, o que perfaz um n.º médio de 3 pessoas por agregado familiar.

No que respeita às solicitações de habitação social, salienta-se que Sintra em 2011, registou 687, perfazendo um total 3664 pedidos activos nessa data. Atendendo aos dados de 2011 do INE, o Concelho de Sintra, em proporção com o Concelho de Lisboa, que assinalou 3777 pedidos, tem um número elevado de solicitações, o que significa a necessidade de se encontrar financiamento superior a 100 milhões de euros.

Neste caso em particular, a Administração



Central deixa de assumir as suas responsabilidades e transfere para o município a responsabilidade que tem ao nível da habitação. Para além de favorecer o endividamento municipal, o Estado não assume as suas responsabilidades e contribui para o agravamento das desigualdades regionais. Em suma, ao local o que é do local e ao central o que deve permanecer no central. E já agora, ao regional o que tem de ser para o regional.

Pedro Ventura

Vereador na Câmara Municipal de Sintra

A legislação e a corrupção

Glosando um pouco a velha e anedótica pergunta sobre o que surgiu primeiro, se o ovo ou a galinha, perguntava-me há dias um velho amigo se aparecem corruptos sem haver corruptores.

Tal questão parece de fácil resposta e evidente quando tratamos da corrupção ao nível de pessoas, mas quando se trata de entidades, já tudo se começa a complicar pois a diluição de responsabilidade e de envolvimento diversos, dificulta todo o processo de averiguação e por vezes leva ao encerramento da mesma... por falta de provas concludentes, o que acaba por deixar tanto os corruptos como quem pagou, satisfeitos por verem como a impunidade os premeia, mas a população em geral fica cada vez menos confiante na Justiça em Portugal.

O introito acima vem a propósito da recente eleição dum novo presidente no Brasil e de toda a sua campanha, que embora alguns julguem que foi de poucos meses, foi na realidade iniciada há mais de cinco anos, com processos que pareciam ser de mera denuncia de actividades de corrupção e aproveitamento de fundos públicos, estatais ou das maiores Empresas do Brasil - o caso da Petrobras.

Para quem não se recorda ou não tomou atenção às notícias iniciais, tudo principiou

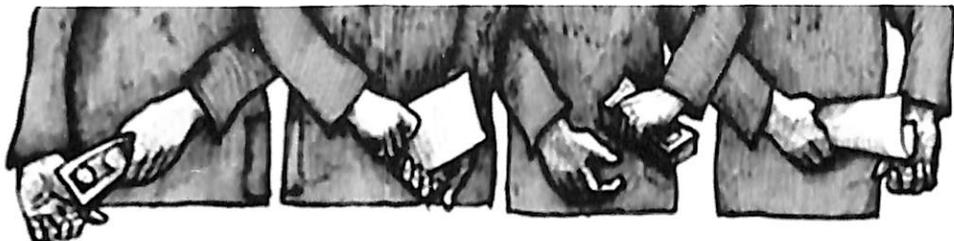
com um sistema sofisticado de registo de escutas telefónicas de conversas entre alguns políticos parlamentares, senadores, directores e presidentes de várias grandes empresas.

Curioso que essas escutas não foram feitas por entidades oficiais ou judiciais Brasileiras mas sim fornecidas a uma dada imprensa Brasileira a partir dum grande país um pouco mais a Norte.

A partir desse momento começa-se a gerar uma campanha bem dirigida a nível nacional e internacional que curiosamente pouco se preocupava com os corruptos e corruptores e os desvios de grandes fundos... mas sim com um governo que permitia que tal corrupção existisse.

Na realidade o objectivo era arredar rapidamente do poder um governo que desenvolvia na prática uma série de actividades que estavam a prejudicar os grandes interesses Estado-Unidenses nas muitas e variadas empresas com capitais mistos, e a criar uma nova mentalidade nas classes mais desfavorecidas, principalmente no mundo rural, mas que se estava a alastrar muito rapidamente nas cidades na classe operária trabalhadora.

Depois de toda a grande confusão criada e mantida pela imprensa, rádios e televisão, muito ajudada a todos os níveis pelas



igrejas evangélicas, passou-se à fase de conquista rápida do poder através da destituição da presidente eleita, pelos métodos mais subtis mas sempre através da manipulação de parlamentares, senadores e juizes com a grande ajuda de corruptores hábeis e bem "abastecidos". Finalmente foi só escolher o candidato mais fiável para obedecer ao programa preparado pelo departamento de estado norte-americano, que garantisse que tudo o que era grande empresa lucrativa no Brasil irá ser posta à venda muito rapidamente.

Faço apenas a conjectura do que poderia ter sido por cá, se quando vieram a público os muitos e variados atropelos legais, negociatas com contratos mistério e cláusulas secretas, bem como a realização de negócios leoninos com concessões de interesses variados no mundo da saúde, autoestradas, pontes, etc, etc, tivesse havido a mesma preocupação de em primeiro lugar culpabilizar e remeter as maiores responsabilidades apenas para cima do presidente, do seu partido e do

governo, esquecendo todas as outras figuras que lucraram e muito com o esbulho que fizeram ao património público e na banca.

Na realidade nunca podemos nem devemos dissociar a responsabilidade dum Estado em relação ao grau de corrupção que grassa no seu País, pois, além de ter obrigação de dar credibilidade às suas instituições públicas, deve combater oportunamente sempre que surjam essas situações, criando legislação capaz e abrangente que permita às entidades judiciais actuar em tempo e com justiça contra os actos de corrupção quer a nível estatal e suas instituições quer anulando e castigando no meio civil os actos praticados pelas empresas e indivíduos que através da corrupção vão angariando negócios e promovendo actividades ilegais ou de índole anti-cívica, que, como vimos e continuamos a assistir, permanecem impunes e usufruindo dos bens ilegalmente usurpados.



Programa das Comemorações dos 45 anos da Revolução de Abril

- **Sessão de Abertura das Comemorações em 21 de Março**, pelas 18H00, na Casa do Alentejo;

Intervenções em representação da ACR no Norte, Centro e Sul do país;

A Apresentação de uma **brochura, elaborada pela Direcção da ACR**, com apoio do escultor José Santa Bárbara;

- Apresentação de um **vídeo comemorativo da autoria de Paulo Guerra**;

- Edição da **Folha Informativa**, com suplemento do núcleo ACR do Norte;

- Edição do **livro “Quem foi Vasco Gonçalves”**, nº 2 da colecção ACR;



- Sessão **“O Parlamento Europeu-Balço do mandato”**, em Abril, na Casa do Alentejo;

- Sessões de **apresentação dos livros já editados, nas Câmaras Municipais e sessões sobre o 25 de Abril em escolas e outras instituições**;

- **Jantar comemorativo do 25 de Abril, em 23 de Abril**, na Casa do Alentejo.



Moção sobre Venezuela

A Direcção da Associação Conquistas da Revolução, na sua reunião de 07 de Fevereiro de 2019, decidiu enviar ao Sr. Embaixador da República Bolivariana da Venezuela, General Lucas E. Rincon Romero, uma mensagem de solidariedade com a Revolução Bolivariana, lamentando a posição seguidista do governo português ao colocar-se do lado do agressor, o imperialismo norte-americano, a reboque dum conjunto de países engajados numa monumental trama orquestrada por autênticos bandoleiros, peritos na destruição de países soberanos e no saque das suas riquezas naturais.

A República Bolivariana da Venezuela vencerá!

